

Brasil só deverá obter recursos externos em 88

DEOLINDA SARAIVA
Da Sucursal

Rio — A possibilidade de o Governo fechar 1987 com a entrada de recursos estrangeiros, seja através de dinheiro novo, capitalização dos juros da dívida, conversão ou mesmo com o Fundo Brasil é praticamente nula, pois a comunidade financeira internacional deve manter uma atitude cautelosa em relação aos problemas, principalmente políticos, que o Brasil vem enfrentando. O processo de negociação da dívida, ainda que o Governo assine um acordo formal com o FMI e reveja a moratória hipotética mais que remotas —, deverá se estender ao longo de todo este ano e, somente a partir do primeiro trimestre de 1988, o País poderá colher os frutos — via novos recursos — do desenrolar do Plano de Consistência Macroeconômica.

Essa é a síntese da análise feita por dois economistas com vasta experiência dos mecanismos de atuação das entidades internacionais de crédito: Thomas Lehwing, brasileiro de 38 anos, que durante 12 anos (1974/1986) foi técnico do FMI para análise econômica de países latino-americanos, e Walter Lee Ness, norte-americano de 47 anos, radicado no Brasil há 10 e ex-consultor econômico do Banco Mundial entre 1982 e 1985. Para eles, que avaliam como necessárias e benéficas as medidas econômicas no "front" interno adotadas por Bresser Pereira, a situação externa, no entanto, inspira cuidados e deverá merecer

atenção especial do Governo.

"Uma Disneylândia econômica". É assim que Lee Ness define a imagem do Brasil para aqueles que o vêem de fora. Ele diz que é difícil compreender como é que o País consegue manter uma taxa de crescimento acima da dos países industrializados convivendo com crises inflacionárias constantes, com iniciativas do Governo de debelar inflação por decreto sem controle do déficit público, e, paralelamente, enfrentando dificuldades políticas para consolidar uma base de apoio partidário às iniciativas de mudanças por parte do Governo.

É esse monumental parque de diversões que é a estrutura política e econômica brasileira se constitui em um dos principais obstáculos à plena utilização dos recursos do Bird nos projetos do Governo. Lee Ness observa que o Brasil, ao contrário de maior parte dos países em desenvolvimento, oferece enormes potencialidades para programas de investimento, porque tem mercado e recursos para tal. "O problema é que, a curto prazo, não há perspectiva de superação da instabilidade econômica e política", diz.

Ele calcula que, numa estimativa aproximada, o Bird teria condições de oferecer ao Brasil entre 1,5 bilhão e 2,5 bilhões de dólares anualmente, desde que, naturalmente, houvesse uma adequação econômica à filosofia do banco. Para o economista, as propostas do ministro Bresser Pereira de dar prioridade à recomposição de reservas, controlando a inflação e re-

cuperando o espaço perdido no comércio exterior, podem levar o País de novo aos trilhos do crescimento, e aos braços da comunidade financeira internacional no ano que vem.

No entanto, ele reconhece que o Governo terá dificuldades para contornar a "perigosa" situação interna, pois o trabalhador "fica penalizado no curto prazo" pela perda salarial e, ao mesmo tempo, o Governo não consegue controlar efetivamente o congelamento de preços. Nesse ponto é que a questão política não resolvida atropela os planos do Governo. "Há países latino-americanos que enfrentaram problemas econômicos semelhantes, mas que conseguiram contornar a crise pela firme estrutura política", observa, acrescentando que falta ao Brasil uma "tradição de lealdade partidária".

Lee Ness, como Lehwing, acredita que o processo de renegociação da dívida externa vá consumir todo o ano de 1987, pois as instituições credoras vão aguardar o desenvolvimento do plano macroeconômico em todos os seus aspectos. Mas também crê que, se bem-sucedido, o ministro Bresser conseguirá obter condições favoráveis — como refinanciamento de juros e redução do *spread* aos níveis mexicanos (0,8 por cento) — em meados do ano que vem.

Outra certeza de Ness, é que a ampliação da moratória do principal para o Clube de Paris, que congrega os governos credores, pode afetar os desembolsos futuros assim como a aprovação de novos projetos pelo Bird.